

Nota Explicativa

Código: 1

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis do CAU/RS do exercício de 2015

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O Conselho de Arquitetura e Urbanismo é uma autarquia criada pela Lei 12.378/2010, que regulamenta o exercício da Arquitetura e Urbanismo no país. O nascimento de um Conselho próprio significa maior autonomia e representatividade, fazendo parte do processo de valorização da profissão. É também uma conquista histórica da sociedade que agora conta com um Conselho forte, atuante e comprometido com o processo de qualificação da paisagem urbana.

O CAU/RS tem como compromisso acompanhar e participar efetivamente da discussão e realização de ações que envolvem as cidades e as pessoas que nelas habitam. Entre os assuntos de interesse do Conselho estão o planejamento urbano e regional, a qualificação da paisagem urbana, a preservação do meio ambiente, a segurança dos espaços públicos para contratação de projetos de interesse público e a obrigatoriedade de assistência técnica e gratuita à sociedade.

A estrutura organizacional da autarquia é constituída de 21 conselheiros e 21 suplentes que decidem em plenária as diretrizes que serão tomadas pelo Conselho gaúcho. Cabe ao CAU/RS “orientar, disciplinar e fiscalizar o exercício da profissão de arquitetura e urbanismo, zelar pela fiel observância dos princípios de ética e disciplina da classe em todo o território nacional, bem como pugnar pelo aperfeiçoamento do exercício da arquitetura e urbanismo” (§ 1º do Artigo 24º da Lei 12.378/2010).

No exercício de 2012, adequou a contabilidade às novas normas contábeis obedecendo aos Princípios Fundamentais de Contabilidade e às Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público.

2. PRINCIPAIS DIRETRIZES CONTÁBEIS

2.1 Apresentação das Demonstrações Contábeis

As Demonstrações Contábeis do exercício de 2015 foram elaboradas em conformidade com as disposições contidas nas Resoluções do CFC e no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público do STN, e parte da Lei nº 4.320/64, juntamente o Manual de Contabilidade do Sistema CFC/CRC's que instituiu novas normas orçamentárias e contábeis para o Conselho Federal e aos Regionais, com observância às Normas Brasileiras de Contabilidade e seus Princípios Fundamentais.

A estrutura, grau de liquidez, nomenclaturas e etc, foram elaboradas de acordo com a Resolução do CFC; quanto a responsabilidade e a função desempenhada pelo Contador, é a análise dos documentos, das informações contábeis e extras contábeis geradas e apresentadas pela administração do Regional que originaram-se nas receitas e despesas autorizadas pelo Gestor e alocá-las no plano de contas padrão, efetuar as prestações de contas mensais e encaminhá-las a Comissão de Planejamento e Finanças que emitem pareceres sobre as demonstrações patrimoniais, financeiras e orçamentárias dos documentos e da situação

econômica e financeira do Regional e posteriormente as mesmas são aprovadas em plenária do CAU/RS.

a) Ativo Circulante (Financeiro)

Esta demonstrada ao valor de realização, incluindo conforme aplicável aos rendimentos e as variações monetárias auferidas ou, no caso das despesas antecipadas, ao custo incorrido.

Os créditos apresentados a receber são de curto prazo e referem-se a anuidades integrais. Faz parte deste grupo demais créditos e valores de curto prazo, onde está constituído de adiantamentos a pessoal, os créditos e variações patrimoniais diminutivas pagas.

b) Ativo não Circulante

O imobilizado está demonstrado ao custo de aquisição.

No decorrer do exercício de 2015 houve a depreciação dos ativos que sofrem tal incidência, visto que o Sistema patrimonial foi adequado para receber tal procedimento.

Os bens de Móveis e Utensílios, Máquinas e Equipamentos e Utensílios de Copa e Cozinha foram depreciados a uma taxa linear de 10% ao ano; Veículos e Equipamentos de Processamentos de Dados tiveram uma taxa linear de 20% ao ano e os Imóveis e Instalações tiveram uma taxa de depreciação linear de 4% ao ano. Os Sistemas de Processamentos de Dados tiveram uma amortização de 20% ao ano.

As despesas de depreciação e amortização do exercício corrente, forma registradas na rubricas devidas no grupo 3.3.3 e tiveram um total registrado no valor de R\$ 300.762,81.

Em 2015 houve aquisição de salas no mesmo prédio da sede do CAU/RS, que deve atender às unidades administrativas, com um custo de R\$ 90.000,00, quando foram pagas todos impostos inerentes à operação.

c) Passivo Circulante (Financeiro)

Está demonstrado ao custo de aquisição ou realização.

Estão também evidenciadas as provisões trabalhistas, juntamente com a provisão para riscos trabalhistas e cíveis com base no relatório de andamento de processos apresentados pelo departamento jurídico no valor de R\$ 596.000,00.

- Processo impetrado por Matersil Negócios Imobiliários LTDA.:	R\$ 550.000,00.
- Processo Melo Gomes Incorporações LTDA.:	R\$ 2.700,00.
- Processo judicial de Vivendas Urbanismo LTDA. e José Carlos da Silveira:	R\$ 3.000,00.
- Processo Pompeo Madeira Stands Promocionais LTDA.:	R\$ 8.300,00.
- Processo José Milton This:	<u>R\$ 32.000,00</u>
Total....	R\$ 596.000,00

d) Patrimônio Social

O patrimônio é constituído de recursos próprios, sofrendo variações em decorrência de superávits apurados anualmente.

O Saldo Patrimonial do Regional passou do ano de 2014 no valor de R\$ 17.722.386,88 (dezessete milhões, setecentos e vinte e dois mil, trezentos e oitenta e seis reais e oitenta e oito centavos) para em 2015 à ordem de R\$ 21.012.960,20 (vinte e um milhões, doze mil, novecentos e sessenta reais e vinte centavos).

e) Apuração do Resultado

A escrituração das receitas e das despesas são realizada pelo regime de competência.

O CAU/RS encerrou o exercício de 2015 com uma Receita de R\$ 12.709.231,41 (doze milhões, setecentos e nove mil, duzentos e trinta e um reais e quarenta e um centavos) e as despesas no montante de R\$ 8.071.689,34 (oito milhões, setenta e um mil, seiscentos e oitenta e nove reais e trinta e quatro centavos).

O CAU/RS em 2015 obteve um superávit orçamentário no valor de R\$ 4.637.542,07 (quatro milhões, seiscentos e trinta e sete mil, quinhentos e quarenta e dois reais e sete centavos)

O Resultado Patrimonial (Variação Patrimonial Diminutiva e Aumentativa) do Exercício foi de um Superávit de R\$ 3.290.573,32 (três milhões, duzentos e noventa mil, quinhentos e setenta e três reais e trinta e dois centavos).

3. BENS PATRIMONIAIS

Os bens patrimoniais apresentam a seguinte composição, sendo a primeira coluna o ano de 2014 e a segunda coluna o ano de 2015.

BENS MÓVEIS	875.152,23	1.038.602,53
Móveis e Utensílios	361.473,73	369.911,73
Máquinas e Equipamentos	101.746,50	110.953,95
Instalações	26.437,20	26.437,20
Equipamentos Proces. Dados	171.321,80	298.782,55
Sistemas Proc. de Dados	39.823,00	58.167,10
Veículos	174.350,00	174.350,00

BENS IMÓVEIS

Salas	5.597.440,00	5.687.440,00
(-) DEPR. ACUMULADAS	(317.275,54)	(618.038,35)
TOTAL....	<u>6.155.316,69</u>	<u>6.108.004,18</u>

4. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

A situação do patrimônio líquido apurada no balanço patrimonial encerrado em 31/12/2015 está assim constituído:

Patrimônio Líquido em 2014: R\$ 17.722.386,88

Patrimônio Líquido em 2015: R\$ 21.012.960,20

Porto Alegre, 31 de dezembro de 2015.

Alexandre Freitas
Contador
CPF. 335.467.540-34
CRC/RS. 51.563

Roberto Py Gomes da Silveira
Presidente
CPF. 001.284.900-63
CAU RS 727-7